



## Pacote anticrime é aprovado e segue para sanção presidencial

Projeto, que passou ontem no Plenário, contém medidas de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e de armas e ao crime hediondo, além de agilizar investigações

O pacote anticrime, proposta que torna mais rigorosa a legislação penal e processual penal, foi aprovado ontem no Plenário e segue para sanção. O texto foi elaborado por um grupo da Câmara, que modificou a versão original proposta pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro.

Os senadores não alteraram o projeto, que contém medidas de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à atuação de milícias e aos crimes com violência e aos crimes hediondos. **4**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Antonio Anastasia (3º à esq.), Luiz Pastore, Arolde de Oliveira, Davi Alcolumbre, Eduardo Girão e Luis Carlos Heinze (D) durante sessão deliberativa em Plenário

Marcos Oliveira/Agência Senado



Em Plenário, senadores comemoram aprovação da proposta que vai beneficiar estados, municípios e Distrito Federal

### Davi promulga hoje proposta sobre transferências diretas

Foi aprovada ontem pelo Plenário proposta de emenda à Constituição que permite a transferência direta de dinheiro, sem contrato ou convênio, para estados, Distrito Federal e municípios por meio de emendas parlamentares individuais ao Orçamento. O texto foi aprovado em dois turnos,

por acordo de líderes, segue para a promulgação. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou que o texto será promulgado hoje.

Segundo a PEC, as transferências poderão ser de dois tipos: doação, quando não há destinação específica, e finalidade definida, quando há um fim determinado. **5**

**Vai à sanção carteira de identificação para autistas **2****

**Deputados devem votar novamente fim da eliminação de cães e gatos **5****

**Advogado e contador poderão ser contratados sem licitação **3****

**Aprovado fim da prisão disciplinar para bombeiros e policiais militares**

O projeto que extingue a pena de prisão disciplinar para policiais militares e bombeiros dos estados e do Distrito Federal foi aprovado ontem pelo Plenário. O texto da Câmara foi relatado pelo senador Acir Gurgacz e segue agora para análise da Presidência da República. **5**

**Volta à Câmara política e sistema nacional de economia solidária**

O projeto que cria a Política Nacional e o Sistema Nacional de Economia Solidária, além de regulamentar os empreendimentos desse tipo, foi analisado por três comissões e sofreu alterações antes de ser aprovado no Plenário. A proposta agora volta para análise da Câmara. **4**

**Colegiado vota novamente e confirma prisão após 2ª instância**

A aprovação do projeto que permite a prisão depois de condenação em segunda instância foi confirmada ontem em nova votação na Comissão de Constituição e Justiça. Terminativo na CCJ, o texto poderá ir direto para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário. **8**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Deputados Hildo Rocha e Dagoberto Nogueira e senador Marcelo Castro

### Comissão de Orçamento conclui análise de relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento concluiu ontem a análise dos relatórios setoriais sobre a proposta orçamentária para 2020, com a aprovação do parecer da Saúde, do deputado Hildo Rocha. Suspensa, a reunião

será retomada na terça-feira, às 11h. Os 16 relatórios setoriais serão agora analisados pelo relator-geral do Orçamento, deputado Domingos Neto. Depois da análise pela CMO, o texto seguirá para votação no Congresso. **3**

# Senado entrega comenda de direitos humanos

Entre os homenageados com a Comenda Dom Helder Câmara, estão o Frei Hans Stapel, pelo tratamento de dependentes químicos na Igreja Católica, e a ministra Damares Alves, pela proteção à infância

O SENADO CONCEDEU ontem a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara a personalidades que ofereceram contribuição relevante na área. As instituições homenageadas foram a Comunidade Nova Aliança, que atua na reabilitação de dependentes químicos, e a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília, que trabalha pelo atendimento humanizado na saúde pública.

Também receberam a comenda a Irmã Silvia Sai, pelo seu trabalho à frente do Hospital São Julião (MS), referência no tratamento de hanseníase na América Latina, e o Frei Hans Stapel, precursor da Fazenda da Esperança, centro de recuperação para dependentes químicos da Igreja Católica.

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, foi

condecorada pelo seu trabalho de combate à pedofilia e de proteção à infância. Foram ainda homenageados Aleixo Paraguassu, idealizador do Instituto Luther King, que oferece educação gratuita para jovens e adultos em situação de vulnerabilidade socioeconômica; Rosa Geane, promotora de ações de combate à violência

doméstica; e Marcos Caldas, in memoriam, pelo seu trabalho na defesa das minorias.

Todos eles, disse a senadora Leila Barros (PSB-DF), desenvolvem trabalhos em prol da sociedade e merecem ganhar a comenda. O mesmo ressaltou o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que presidiu a sessão especial.



Plenário durante sessão especial para entrega da Comenda Dom Hélder

Roque de Sá/Agência Senado

## Representação no Parlasul elege presidente e vices

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) elegeu ontem o senador Nelsinho Trad (PSD-MS) presidente do colegiado. Para vice-presidentes foram eleitos o senador Marcio Bitar (MDB-AC) e o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP),

representando a Câmara. Trad agradeceu pela confiança dos parlamentares e prometeu se dedicar à Representação Brasileira, além de defender os interesses do Brasil no Mercosul.

— O Parlasul é muito importante para o momento que o

Brasil está atravessando, como o acordo de livre comércio do Mercosul com a União Europeia, que se vislumbra com outros países que não vieram para brincar — declarou.

O deputado Celso Russomano (Republicanos-SP) foi eleito vice-presidente do Parlasul.

## Senador registra voto de pesar por vítimas de Paraisópolis

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem voto de pesar às famílias das vítimas da tragédia de Paraisópolis, em São Paulo, durante ação da Polícia Militar em um baile funk, que resultou na morte de nove jovens. A polícia alega que as vítimas morreram pisoteadas quando tentaram se dispersar por estreitas ruas após a ação policial nas imediações do baile. Entretanto, o relato das famílias é diferente, afirmou Paim, pois vídeos gravados por moradores flagraram a “ação truculenta e desproporcional” dos policiais militares.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Acordo pode garantir dinheiro para rodovias de SC, diz Amin

Esperidião Amin (PP-SC) disse esperar o cumprimento de acordo firmado na terça-feira com as lideranças do governo no Congresso e no Senado, que pode garantir recursos para a retomada de obras em rodovias de Santa Catarina. Ele explicou que o dinheiro deveria ter sido liberado em 2018, mas foi remanejado para pagamento de emendas na área de saúde.

— Espero que sejam concluídas as obras da BR-285 e retomadas as obras da BR-163, BR-280, BR-282 e, particularmente, da nossa prioridade das prioridades, que é a BR-470 — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Flávio Arns destaca o papel das Apaes em 2,2 mil municípios

Flávio Arns (Rede-PR) destacou ontem em Plenário o trabalho desempenhado pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), surgidas há 65 anos no então Estado da Guanabara. Ele lembrou que, a partir da primeira unidade, as Apaes se estenderam por mais de 2,2 mil municípios, sendo o maior movimento a favor da pessoa com deficiência do mundo. Ao registrar a passagem do Dia Nacional das Apaes, ele ressaltou que o símbolo da entidade consiste numa flor e duas mãos, representando apoio, proteção e orientação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Styvenson Valentim ressalta conscientização sobre aids

Styvenson Valentim (Podemos-RN) destacou ontem a campanha Dezembro Vermelho, criada pela ONU para promover a conscientização sobre prevenção ao HIV e à aids. Ele chamou a atenção dos congressistas para uma doença que pensava já tivesse sido erradicada no Brasil. Segundo Styvenson, a doença ainda se propaga de forma epidêmica por falta de informações adequadas e por preconceitos. Ele citou pesquisa que mostra que uma em cada 10 pessoas infectadas com o HIV tem dificuldade em admitir ser portadora do vírus.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Projeto que cria identificação para autistas segue para sanção

O Plenário aprovou ontem o projeto que institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, de expedição gratuita. O texto segue para sanção.

O PL 2.573/2019 passou ontem mesmo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi relatado por Luis Carlos Heinze (PP-RS), e seguiu para votação em regime de urgência.

O documento visa a garan-

tir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no acesso a serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

O texto também obriga os cinemas a reservarem uma sessão mensal destinada a pessoas com transtorno do espectro autista, devendo a sala de exibição oferecer os recursos de acessibilidade necessários.

## Instalada CPI sobre familiares de vítimas do avião da Chapecoense

A CPI sobre a situação dos familiares de vítimas do acidente de avião com a equipe do time de futebol Chapecoense será presidida pelo senador Jorginho Mello (PL-SC). O vice será Dário Berger (MDB-SC) e o relator, Izalci Lucas (PSDB-DF). Os integrantes foram definidos ontem, na reunião de instalação da comissão, que será composta por 11 membros titulares e 7 suplentes.

Em 28 de novembro de 2016, o avião que transpor-

tava a equipe da Chapecoense, a delegação do time, jornalistas e convidados caiu a poucos quilômetros de Medellín, na Colômbia, por falta de combustível.

A CPI do Acidente da Chapecoense deve apurar em 180 dias a situação dos familiares dos 71 mortos e identificar o motivo de os familiares ainda não terem recebido as devidas indenizações. Segundo Jorginho, as famílias sofreram com a tragédia e sofrem até hoje com o descaso.

## Paim pede promulgação da PEC das medidas provisórias

Paulo Paim (PT-RS) apresentou ontem questão de ordem à Mesa pedindo a promulgação da PEC das MPs (PEC 91/2019), aprovada pelo Senado há seis meses, que altera as regras de tramitação de medidas provisórias, assegurando ao Senado pelo menos 30 dias

para analisar MPs.

Em resposta, Davi Alcolumbre esclareceu que, como a PEC teve início no Senado, foi modificada pela Câmara e novamente alterada pelo Senado, há divergência sobre essas mudanças, razão pela qual ainda não foi promulgada.

### ERRAMOS

O plano de trabalho da comissão mista da MP 904/2019, que extingue os seguros obrigatórios DPVAT e Dpem, foi apenas apresentado na reunião de terça-feira, e não aprovado como publicado na edição de ontem do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- OUVIDORIA** Mídias digitais  
9h Audiência sobre a influência das mídias digitais na sociedade.
- CRE** Serviço militar  
10h O PL 557/2019, que prioriza jovens de instituições, é um dos seis itens.
- SESSÃO ESPECIAL** Produtores  
10h Celebração dos 20 anos da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão.

- SESSÃO ESPECIAL** Assembleia de Deus  
12h Celebração dos 90 anos das Assembleias de Deus Ministério de Madureira.
- Relatório**  
14h Apresentação do relatório anual.
- PLENÁRIO** Sessão não deliberativa  
14h Sessão dedicada a pronunciamentos.
- CONGRESSO** Sessão solene  
17h Promulgação da EC 105/2019.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

# Análise de textos setoriais do Orçamento é concluída

Previsão é de que até o fim de semana o relator-geral do Orçamento 2020, deputado Domingos Neto, apresente o parecer, que será analisado na Comissão de Orçamento e depois no Plenário do Congresso

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) encerrou ontem a análise dos relatórios setoriais sobre a proposta orçamentária para 2020 (PLN 22/2019). Foi aprovado o parecer da Saúde, do deputado Hildo Rocha (MDB-MA). Suspensa, a reunião será retomada na terça-feira, às 11h.

O parecer sobre a Saúde e os demais 15 relatórios setoriais serão agora analisados pelo relator-geral do Orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-CE), que deverá apresentar o relatório até o fim de semana. Depois da análise pela CMO, o texto seguirá para votação no Congresso.

Antes do relatório final de Domingos Neto, a comissão votará o parecer sobre obras que ficarão bloqueadas em 2020, feito pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves. O texto recomenda que cinco obras, já bloqueadas neste ano, continuem sem recursos.

A proposta do Poder Executivo para a Saúde envolve R\$ 134,26 bilhões, dos quais R\$ 4,33 bilhões condicionados à aprovação de crédito adicional. O valor fixado em 2020 é 0,1% superior à dotação autorizada para 2019. Em comparação com os montantes empenhados em 2017 e 2018 é 5,8% e 2,9% superior, respectivamente.

Com Agência Câmara



Presidente da CMO, senador Marcelo Castro (2º à dir.) durante reunião

## Comissão aprova propostas sobre Imposto de Renda

Foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e agora seguem para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto que impede que rendimentos recebidos cumulativamente pelo trabalhador sejam taxados de uma só vez no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), e a proposta que isenta do IRPF as parcelas de complementação de aposentadoria recebidas por homens e mulheres a partir de 65 e 60 anos, respectivamente.

Segundo o PLC 71/2015, do ex-deputado José Machado, o tributo sobre os rendimentos relativos a vários meses, mas

recebidos de uma só vez, deverá ser calculado sobre esses valores distribuídos mês a mês. Atualmente, essa interpretação já é adotada pela Receita Federal, mas não está garantida em lei.

A relatora, senadora Juíza Selma (PSL-MT), concorda. Ela afirmou que essa injustiça é muito comum com quem recebe valores acumulados em ações trabalhistas e previdenciárias pagas em parcela única.

Já a ampliação indireta da renda dos idosos está no PL 3.689/2019. O projeto, do senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), isenta do tributo os rendimentos pagos por entidade

de previdência complementar a esse segmento da população. Também isenta a complementação de aposentadoria paga pelo INSS a ferroviários da extinta Rede Ferroviária Federal S/A e a empregados do extinto Departamento de Correios e Telégrafos.

Para o relator, senador Weverton (PDT-MA), outra vantagem do projeto é eliminar a possibilidade de dedução dos valores de contribuição para planos e instituições de previdência complementar, o que compensaria, ao menos parcialmente, a redução de arrecadação decorrente da isenção.

## Avança incentivo para acompanhar educação de filhos

Pais e responsáveis poderão se ausentar do trabalho, sem prejuízo do salário, para acompanharem a vida escolar dos filhos. É o que prevê o PL 4.138/2019, do senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que agora segue para análise da

Comissão de Educação (CE).

Pelo texto, responsáveis legais devem ser incentivados a comparecer periodicamente às escolas. O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para que responsáveis por crianças e adolescentes tenham o direito de se ausentar do trabalho uma vez a cada seis

meses, pelo tempo que se fizer necessário, para reuniões oficiais de pais e mestres ou para diálogo com os professores atestados pela escola.

A relatora, Eliziane Gama (Cidadania-MA), retirou do texto a obrigatoriedade de comparecimento à escola e as punições.

## Servidor comissionado poderá ter acesso ao FGTS

Os servidores comissionados passarão a ter direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o PL 5.448/2019, que determina a inclusão desses trabalhadores. O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto, da senadora licenciada Rose de Freitas (Podemos-ES), dá acesso ao FGTS aos comissionados — os ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, sem vínculo efetivo com a administração pública.

Na justificativa, Rose expli-

cou que esses trabalhadores ficam sem nenhuma proteção quando são demitidos.

O relator, Otto Alencar (PSD-BA), defendeu a proteção a todos os tipos de trabalho para que as pessoas não sejam surpreendidas com o rompimento de seu contrato, sem ter as garantias mínimas.

## Aprovada contratação de advogado sem licitação

O Plenário aprovou ontem, em votação simbólica, proposta que permite a dispensa de licitação para contratação de serviços jurídicos e de contabilidade pela administração pública. O PL 4.489/2019 segue para sanção presidencial.

O projeto foi aprovado mais cedo na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ). Segundo o texto aprovado, os serviços do advogado e do contador são, por natureza, técnicos e singulares, se for comprovada a notória especialização, como definida na Lei de Licitações (Lei 8.666, de 1993): quando o trabalho é o mais adequado ao contrato, pela especialidade decorrente de desempenho anterior,

estudos e experiência, entre outros requisitos.

Apresentado pelo deputado Efraim Filho (DEM-PB), o projeto recebeu voto favorável de Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) na CCJ. Para o relator, o projeto extingue uma controvérsia jurídica em torno das qualificações do advogado. “Muitos profissionais estão sendo condenados pela pretensão prática de atos de improbidade administrativa, depois de terem celebrado contrato com entes públicos para o simples desempenho de atividades que lhes são próprias, e em hipóteses em que a licitação se afigura, por via de regra, patentemente inexigível”, afirma Veneziano no relatório.

## Humberto é contra MP do Contrato Verde e Amarelo

Humberto Costa (PT-PE) criticou a medida provisória do Contrato Verde e Amarelo (MP 905/2019), que estimula a contratação de jovens entre 18 e 29 anos. Para o senador, a MP contribui para a retirada consecutiva de direitos do povo e aumenta o “limbo social” existente no país. Normas previstas na MP, como o desconto de contribuição previdenciária sobre o seguro-desemprego, disse, podem ser consideradas uma forma de estelionato, que tem como objetivo “fazer caixa para o governo”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Luiz Pastore elogia Medida do Contribuinte Legal

Luiz Pastore (MDB-ES) ressaltou sua indicação para presidir a comissão mista da MP do Contribuinte Legal, que trata da questão das dívidas tributárias. Para o senador, a MP 899/2019 será marco no sistema tributário.

— De acordo com exposição inicial do Ministério da Economia, a medida provisória visa adotar medidas de estímulo à regularização e à resolução de conflitos fiscais, tão importantes na resolução e na melhoria do trato do empresário com o nosso país — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Arolde defende projeto sobre economia solidária

Arolde de Oliveira (PSD-RJ) defendeu a aprovação do PLC 137/2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária. Segundo ele, o mundo vive um momento de transição, no qual a tecnologia da comunicação, associada à inteligência artificial, exige qualificação.

— A economia solidária é interessante, porque ela, de certo modo, nos remete ao período pré-industrial, quando havia uma divisão do trabalho na produção.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Dário Berger critica extinção de municípios

Dário Berger (MDB-SC) criticou a extinção dos municípios com até 5 mil habitantes que não arrecadem mais de 10% de sua receita com impostos municipais prevista na PEC 188/2019.

— A proposta promove perda de 50% da arrecadação dos municípios fundidos. A maioria dessas alterações, além de não resolver os reais problemas da administração dos municípios, necessita de um grande diálogo do poder público com o Parlamento e, principalmente, com a população.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Senado aprova pacote anticrime, que vai para análise presidencial

Projeto busca combater crime organizado, tráfico de drogas e armas, milícias privadas, crimes hediondos, com violência ou grave ameaça. Também agiliza e moderniza a investigação criminal e a persecução penal

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o pacote anticrime, que modifica a legislação penal e processual penal para torná-la mais rigorosa. O texto final é resultado de um grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que fez várias alterações na versão original proposta pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. O PL 6.341/2019 não foi modificado pelos senadores e segue para a sanção ou veto do presidente.

O texto contém medidas com objetivo de combater o crime organizado, o tráfico de drogas e armas, a atuação de milícias privadas, os crimes cometidos com violência ou grave ameaça e os crimes hediondos. Também agiliza e moderniza a investigação criminal e a persecução penal.

O pacote foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na terça-feira, mesmo dia em que chegou ao Senado. Pouco mais de 24 horas depois, recebeu o aval do Plenário. Essa rapidez foi destacada pela presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), como sinal do comprometimento de todos os parlamentares com o tema.

— Esse pacote vai ao encontro dos anseios da sociedade.

O relator foi Marcos do Val (Podemos-ES). O senador negou que o texto tenha sido “desidratado” na sua passagem pelo Congresso e disse que a maior parte das medidas fundamentais foi preservada.

— A segurança pública passou

liza e moderniza a investigação criminal e a persecução penal. Foram retirados pelos deputados itens como a ampliação da excludente de ilicitude (que isentaria de punição policiais que matam “sob medo, surpresa ou violenta emoção”), a instituição do *plea bargain* (um acordo entre acusação e defesa para encerrar o processo em troca de redução de pena) e a possibilidade de que audiências com presos fossem realizadas por videoconferência.

Por outro lado, o pacote ganhou o acréscimo da criação da figura do juiz de garantias, que é um magistrado responsável pela supervisão de uma investigação criminal, diverso daquele que decidirá sobre o caso.



Telmário Mota, Alessandro Vieira, Marcos do Val, Antonio Anastasia e Davi Alcolumbre durante votação no Plenário

a ser a principal preocupação do cidadão. Não é verdade que virou um pacotinho. Algumas propostas ficaram até mais rígidas e conseguimos avançar bastante — disse o relator.

**Acordo**

Marcos do Val anunciou um acordo com o senador Weverton (PDT-MA), que apresentou uma emenda ao texto no Plenário. A ideia era ajustar a tipificação dos processos administrativos contra agentes públicos que instauram

investigação contra indivíduos “sabidamente inocentes”. A proposta de Weverton é que esses processos sejam disciplinares, podendo gerar punições efetivas. O tema será tratado em um projeto de lei futuro, e a emenda foi retirada.

O líder do MDB, senador Eduardo Braga (AM), lembrou que o texto recebeu influência de uma proposta anterior, de autoria do ex-ministro da Justiça Alexandre de Moraes.

— Ninguém encaminha uma

obra acabada. O Congresso precisa se debruçar sobre os projetos e contribuir.

O líder do PSL, Major Olimpio (SP), disse que o partido apoiaria integralmente a versão final, mas não abrirá mão de rever alguns pontos futuramente, como o dispositivo que permite ao Ministério Público celebrar acordo de não persecução cível em casos de improbidade administrativa, contanto que o acusado pague uma multa e faça o ressarcimento integral do dano. Segundo o se-

nador, essa medida introduzida pelo Congresso abre brecha para a não-aplicação da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135, de 2010).

A oposição também declarou voto favorável ao pacote anticrime, devido ao acordo firmado em cima do texto do grupo de trabalho da Câmara. O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), avaliou que as intenções iniciais eram de “redução de direitos e garantias”.

— O pacote trazia como eixo o endurecimento da legislação penal e a adoção de um conjunto de instrumentos estranhos à nossa legislação, que foram felizmente retirados. Ainda questionamos algumas medidas, mas está bem melhor do que a versão original. Se não aprovamos o desenho que temos, estaremos sujeitos a retrocessos maiores.

**Segunda instância**

Durante a discussão do pacote anticrime, o líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), adiantou que apresentará requerimento para levar ao Plenário o projeto de lei que permite a prisão de condenados após a condenação em segunda

instância (PLS 166/2018).

O projeto foi aprovado pela CCJ na manhã de ontem, em caráter terminativo — o que significa que poderia seguir diretamente para a Câmara dos Deputados —, mas há um prazo de cinco dias úteis para que senadores requeiram a sua análise adicional pelo Plenário.

Bezerra afirmou que possui assinaturas de 50 senadores para que isso aconteça (são necessárias 9), mas só apresentará o requerimento na próxima terça-feira, pois há mais senadores dispostos a apoiar. A posição do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, é que o Congresso privilegie tratar do tema por meio de uma proposta de emenda constitucional que está na Câmara (PEC 199/2019). Segundo ele, essa ferramenta estaria menos sujeita a contestações judiciais.

O líder do Podemos, senador Alvaro Dias (PR), lamentou que, mesmo com a decisão da CCJ, o PLS 166/2018 não possa seguir caminho ainda em 2019. Ele é presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Prisão em Segunda Instância, e o projeto é de um senador do seu partido, Lasier Martins (RS).

# PEC sobre transferência de recursos será promulgada hoje

O Senado aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição que permite a transferência direta de dinheiro, sem contrato ou convênio, para estados, Distrito Federal e municípios por meio de emendas parlamentares individuais ao Orçamento. A PEC 48/2019 foi aprovada em dois turnos e, por acordo de líderes, segue para a promulgação. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou que o texto será promulgado hoje.

A proposta tem origem na PEC 61/2015, da então senadora e atual deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR). De acordo com o texto, as transferências poderão ser de dois tipos: doação, quando o parlamentar encaminha recursos para o governo ou a prefeitura sem destinação específica, chamada transferência especial; e finalidade definida, quando a verba é destinada a um fim determinado.

— Nós estamos votando aqui uma matéria extremamente importante, que permite uma desburocratização muito aguda da transferência de recursos para estados e municípios, concretizando um processo de descentralização de verbas das emendas parlamentares obri-

gatórias — explicou o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Pela proposta, as transferências deveriam ser fiscalizadas pelos órgãos de controle de cada ente. Emendas de Alvaro Dias (Podemos-PR) e Major Olimpio (PSL-SP), no entanto, suprimiram esse trecho para não retirarem do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) a prerrogativa de fiscalizar a transferência. A supressão, segundo o relator, não afeta o mérito do texto, que não precisará voltar à Câmara. Para garantir a aprovação, os senadores acordaram que outra proposta será apresentada em fevereiro para deixar explícito a fiscalização pelo TCU.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, elogiou o entendimento que permitiu a aprovação do texto, comemorada por vários senadores, como Jayme Campos (DEM-MT), Humberto Costa (PT-PE) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Para Wellington Fagundes (PR-MT), a descentralização traz vantagens para os municípios.

— Isso representa o recurso na veia dos municípios, diretamente, sem burocracia. Menos Brasília, mais Brasil e mais recurso onde a população está.



Aprovação da PEC é comemorada em Plenário por vários senadores

# Política de Economia Solidária volta à Câmara

O Plenário aprovou o projeto que cria a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária, além de regulamentar os empreendimentos desse tipo. O PLC 137/2017 agora volta para análise da Câmara.

Entre as diretrizes e os objetivos definidos na política, que nortearão os empreendimentos, estão a gestão democrática, a garantia de livre adesão, a prática de preços justos, a cooperação entre empreendimentos, a precificação conforme os princípios do comércio justo e solidário, a justa distribuição dos resultados e a transparência e a publicidade na gestão dos recursos.

Inicialmente, a proposta foi aprovada em forma de substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Depois, esse substitutivo foi aprovado também na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com emendas. Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ao aprovar o voto do relator, Jaques Wagner (PT-BA), acatou as modificações das duas comissões anteriores.

Para Wagner, o projeto preenche uma importante lacuna no ordenamento jurídico-econômico ao normatizar a economia solidária, o que implicará maior aceitação social dos empreendimentos dessa parcela da eco-

nomia. O senador, que também relatou o projeto na CDR, informa em seu relatório que há mais de 19 mil empreendimentos desse tipo no país.

“É relevante que o Estado reconheça legalmente a existência das organizações da economia solidária e, mais que isso, empenhe-se na implementação de políticas públicas destinadas a fomentá-las. Acerta o legislador, desse modo, não somente ao definir, para fins legais, a economia solidária, mas ao criar uma política nacional destinada a formular e implementar planos e ações com o objetivo de estimular esse importante arranjo social”, afirma o senador em seu parecer.

# Empresa de tecnologia pode ter novos incentivos

Foi aprovado ontem o Plenário o projeto que cria novo modelo de incentivos fiscais para empresas de tecnologia da informação e comunicação. O PL 4.805/2019 retorna à Câmara.

A proposta cumpre determinação da Organização Mundial

do Comércio (OMC) para reformulação da Lei de Informática até o final de 2019. A decisão da OMC veio em resposta à queixa da União Europeia e do Japão de que o Brasil concede incentivos fiscais por meio de tributos, mas cobra esses impostos integralmente dos concorrentes importados.

A aprovação é resultado de negociação com o governo, como explicou o relator, senador Plínio Valério (PSDB-AM), que apresentou substitutivo ao texto da Câmara.

integrantes indicados pelos fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O projeto inclui um representante do Sebrae e um representante das confederações nacionais do segmento de pequenas e microempresas.

# Microempresas participarão do comitê do Simples

O Plenário aprovou ontem o PLP 147/2019, que garante a representatividade das microempresas e empresas de pequeno porte no Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). O texto segue para a Câmara.

Atualmente o comitê só tem

integrantes indicados pelos fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O projeto inclui um representante do Sebrae e um representante das confederações nacionais do segmento de pequenas e microempresas.

# Indonésia, Barbados, Cazaquistão e Haiti têm novos embaixadores

O Plenário aprovou ontem as indicações de quatro embaixadores: José Amir da Costa Dornelles, para a Indonésia, Marcelo Baumbach, para o Haiti, Rubem Antonio Correa Barbosa, para o Cazaquistão, e Vera Lúcia Campetti, para Barbados.

Dornelles recebeu 40 votos a favor, 1 contrário e 2 abstenções. Durante a sabatina realizada em setembro, o diplomata sustentou que o Brasil precisa se integrar mais às cadeias econômicas dinâmicas do Sudeste Asiático.

Baumbach teve 45 votos favo-

ráveis e 1 voto contrário. Na Comissão de Relações Exteriores (CRE), manifestou a intenção de intensificar a cooperação na área agrícola.

Barbosa foi aprovado por 40 votos a 1. Na sabatina, ele afirmou que o Cazaquistão é um dos países que mais crescem no mundo atualmente, graças à mineração.

Vera recebeu 47 votos a 1 contrário, havendo ainda 2 abstenções. Na CRE, ela abordou o fato de Barbados ser um dos mais notáveis “paraísos fiscais” e um dos destinos preferidos de empresas e contas offshore.

# Conselhos do MP e de Justiça têm indicações aprovadas

O Plenário aprovou ontem dois nomes para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ): a juíza Flávia Moreira Guimarães Pessoa e a desembargadora Tânia Regina Silva Reckziegel.

Também foi aprovada pelos senadores a indicação de Marcelo Weitzel Rabello de Souza para um novo mandato (2019-2021) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

# Policiais militares e bombeiros não sofrerão mais prisão disciplinar

O projeto que extingue a pena de prisão disciplinar para policiais militares e bombeiros dos estados e do Distrito Federal foi aprovado ontem pelo Plenário.

O relator do PLC 148/2015 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi o senador Acir Gurgacz (PDT-RO). O texto segue agora para análise presidencial.

De acordo com o relator, a pena de privação de liberdade foi concebida para punir crimes graves, e não para questões disciplinares.

“É fundamental que a própria corporação militar respeite todos os direitos e garantias fundamentais de seus membros, especialmente o devido proces-



Senador Major Olimpio defende projeto no Plenário do Senado

so legal e o direito de liberdade de locomoção”, afirma Gurgacz no relatório.

Os senadores Major Olimpio (PSL-SP) e Styvenson Valentim (Podemos-RN), ambos ex-policiais, defenderam o projeto.

# Projeto que veda eliminação de cães, gatos e aves retorna à Câmara

Foi aprovado ontem projeto que proíbe a eliminação de cães, gatos e aves saudáveis pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos semelhantes. Como sofreu mudanças, o PLC 17/2017 volta à Câmara.

A eutanásia só será permitida nos casos de doenças graves ou enfermidades infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde humana e a de outros animais.

O relator, senador Telmário Mota (Pros-RR), apresentou emenda para incluir as aves entre os animais protegidos.

# Isonção para instalação de salas de cinema é prorrogada até 2024

O Senado aprovou ontem projeto que prorroga incentivos ao cinema (PL 5.815/2019). O texto estende até 2024 o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica

(Recine), que concede isenções para a instalação de cinemas em cidades menores. O texto segue para sanção. A relatora, senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), disse que a iniciativa vai incentivar também a produção audiovisual.

**Texto que criminaliza incentivo à automutilação é aprovado**

Foi aprovado ontem projeto que criminaliza o incentivo à automutilação. O texto originalmente punia apenas quem incentivava a automutilação em crianças e adolescentes, mas foi alterado pela Câmara.

A proposta segue à sanção. Do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o texto muda o artigo 122 do Código Penal, que trata do crime de induzir ou instigar ao suicídio.

Com Agência Câmara

# Biênio da Primeira Infância do Brasil será em 2020 e 2021

Projeto que institui os anos de 2020 e 2021 como o Biênio da Primeira Infância do Brasil foi aprovado ontem pelo Plenário. O objetivo é alertar para a importância do desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida. O PL 2.721/2019 vai à sanção.

Relator do projeto, Alessandro Vieira (Cidadania-SE) afirmou que, segundo o ganhador do Prêmio Nobel de Economia James J. Heckman, países que não investem na primeira infância apresentam índices de criminalidade mais elevados.

# Eleita comissão representativa para o recesso parlamentar

O Plenário aprovou ontem os nomes dos senadores que vão compor a comissão representativa do Congresso Nacional durante o recesso parlamentar, no período de 24 de dezembro de 2019 a 1º de fevereiro de 2020.

Comissão representativa	
Bloco Unidos pelo Brasil	Vanderlan Cardoso (PP-GO)
Bloco Senado Independente	Luiz do Carmo (MDB-GO)
Bloco PSDB	Acir Gurgacz (PDT-RO)
Bloco da Resistência Democrática	Izalci Lucas (DF)
Bloco Vanguarda	Paulo Rocha (PT-PA)
Podemos	Chico Rodrigues (DEM-RR)
PSD	Alvaro Dias (PR)
	Otto Alencar (BA)
Suplentes	Lasier Martins (Podemos-RS)
	Zenaide Maia (Pros-RN)
	Marcos Rogério (DEM-RO)
	Nelsinho Trad (PSD-MS)

# RÁPIDAS

**PARANÁ TERÁ EMPRÉSTIMO DE US\$ 118,3 MILHÕES**

O Senado autorizou ontem empréstimo externo de US\$ 118,3 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao estado do Paraná, para o programa Paraná Urbano III.

**FINANCIAMENTO DE R\$ 988 MI AO CEARÁ É AUTORIZADO**

O Plenário permitiu ontem que o Ceará tome dois empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor total de R\$ 988 milhões, para projetos rurais e de segurança hídrica.

**APROVADA FRENTE DE APOIO AO VAREJO E E-COMMERCE**

O Plenário aprovou ontem a criação da Frente Parlamentar de Apoio ao Mercado de Varejo e E-commerce. O pedido foi de Kátia Abreu (PDT-TO), relatado por Reguffe (Podemos-DF).

# Comissões aprovam venda de terras a estrangeiros

Projeto do senador Irajá, analisado ontem em reunião conjunta da CAE e da CRA, segue para a CCJ. O texto regulamenta o setor com o objetivo de, segundo o autor, estimular a economia no campo

AS COMISSÕES DE Agricultura (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem o projeto que normaliza a aquisição de terras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. O PL 2.963/2019, que regulamenta o artigo 190 da Constituição, segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que terá decisão terminativa.

Do senador Irajá (PSD-TO), o projeto tem o objetivo de estimular a economia no campo e foi batizado pelo autor de Terra para + Empregos + Alimentos. Além da venda, a proposta também regulamenta o arrendamento de propriedades rurais por pessoas físicas e jurídicas de outros países.

A compra de terras por investidores internacionais pode atrair investimentos ao país de cerca de R\$ 50 bilhões por ano, conforme cálculos de Irajá.

“Possibilitar o ingresso de agroindústrias transnacionais no Brasil voltadas para o desenvolvimento da cadeia produtiva agrícola de longo prazo, que agreguem valor, gerem mais empregos e aumentem a

qualidade e a quantidade da produção é um passo importante que há muito almejamos”, defendeu.

A iniciativa revoga a Lei 5.709/1971, que prevê restrições para que estrangeiros possam adquirir terras no Brasil. O projeto estipula que as áreas rurais em nome de estrangeiros não poderá ultrapassar 25% da superfície dos municípios onde se situem.

O relator Rodrigo Pacheco (DEM-MG) acolheu 16 emendas. De acordo com ele, a insegurança jurídica torna necessário um marco legal

mais consistente e atual para regulamentar o artigo 190.

“Seria saudável para a economia brasileira, porque o objetivo é liberar as empresas estrangeiras da limitação de aquisição ou arrendamento circunscrita a imóveis rurais destinados à implantação de projetos”, explicou.

Sugestões apresentadas por Jaques Wagner (PT-BA) em voto em separado serão analisadas na CCJ, de acordo com Pacheco. A proposta foi aprovada com o voto contrário de Paulo Rocha (PT-PA) e Jean Paul Prates (PT-RN).



Irajá, autor, e Pacheco, relator, comemoram a aprovação da proposta

# Reúso de água como diretriz em planos diretores municipais

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou projeto que estabelece como diretriz dos planos diretores municipais a racionalização do uso e reúso de água em edificações destinadas a plantas industriais e prédios comerciais. O PL 724/2019 acrescenta ao Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 2001) um novo artigo, incluindo a economia de água como uma das diretrizes de localidades de baixa precipitação pluviométrica.

A proposta, do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), foi votada em decisão terminativa na CDR. Se não houver recurso para votação em Plenário, seguirá para análise na Câmara.

O projeto votado foi um substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente (CMA). O texto original estabelecia a economia de água como pré-requisito para emissão do alvará de funcionamento de edificações comerciais e industriais. A CMA entendeu, no entanto, que a proposição tinha pontos inconstitucionais. Isso porque a obrigação para que novas edificações privadas contenham sistema de reúso de água é tema que deve



Veneziano Vital do Rêgo é autor do projeto sobre reúso de água

constar em códigos de obras e edificações, estabelecidos em leis municipais. A solução na comissão foi transformar a exigência em uma diretriz no Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição, tratando de política urbana.

O relator do projeto na CDR, senador Plínio Valério (PSDB-AM), destaca que, ao incluir o reúso de água entre os temas a serem tratados no plano diretor, o substitutivo da Comissão de Meio Ambiente obrigou os municípios de clima mais seco a verificarem a conveniência de tornar obrigatória essa técnica, contribuindo, assim, para a preservação do meio ambiente e para a qualidade de vida de seus habitantes.

# Produtor poderá ter isenção de IPI na compra de caminhonete

Produtores rurais podem ficar isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de caminhonetes. A novidade está prevista no PL 2.966/2019, do senador Irajá (PSD-TO), aprovado pela Comissão de Agricultura (CRA). O projeto seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o texto, ficam isentos do IPI os veículos de transporte de carga — caminhonetes — de fabricação nacional, com peso bruto total de até 3.500 quilogramas, quando adquiridos por produtores rurais.

A diminuição da tributação visa a estimular o setor rural que, segundo o autor do projeto, é de extrema importância para a economia.

“O setor rural tem-se constituído no principal esteio da economia”, destacou Irajá.

O relator, Jayme Campos (DEM-MT), considerou a caminhonete “o veículo mais apropriado para o trânsito em estradas vicinais”.

— Trata-se de medida justa com o produtor rural que, na maioria das vezes, não dispõe de estradas asfaltadas e utiliza o veículo para seu trabalho — avaliou.

# Avança estímulo para agricultor manter floresta

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou a criação do Programa de Operação e Registro de Instrumentos Representativos dos Ativos de Natureza Intangível, o chamado Tesouro Verde. O PL 5.173/2019, do senador Alvaro Dias (Podemos-PR), será agora avaliado na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

A intenção do projeto é criar mercado de capitais para estimular os produtores rurais brasileiros a preservarem as florestas em pé. Para tanto, o texto prevê a criação de um Certificado de Ativo de Floresta, que representa os ativos florestais preservados, equivalente a uma tonelada

de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) sequestrado na natureza. O certificado possibilitará o oferecimento de recompensas financeiras ao esforço preservacionista.

A relatora, senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), foi favorável à medida, ressaltando que o modelo jurídico é o mesmo que regula o crédito de carbono.

“Pretende-se oferecer a oportunidade para que o capital privado, nacional e internacional, seja alocado no investimento da preservação dos mais variados biomas brasileiros, o que pode representar estratégia congruente à Agenda 2030 para o Desen-

volvimento Sustentável, das Nações Unidas”, ressalta a senadora.

De acordo com a proposição, será obrigatória a emissão, por parte do proprietário da terra, de uma Cédula de Produto Rural (título representativo de promessa de entrega de produtos rurais).

Segundo o projeto, o Poder Executivo terá autorização para alienar os certificados públicos decorrentes da execução do Tesouro Verde, captar recursos, lastrear operações financeiras e dar garantias para execução do respectivo projeto, obedecidas as normas de finanças públicas estabelecidas em lei.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Érica Ceolin  
**Coordenadora-geral:** Luciana Rodrigues  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Fake news atentam contra a imprensa e a democracia, dizem especialistas

Em depoimento a CPI, pesquisadores disseram que mídias como WhatsApp e YouTube favorecem a disseminação de notícias falsas

OS ESPECIALISTAS OUVIDOS ontem pela CPI Mista das Fake News defenderam os órgãos de imprensa diante de divulgações “enviadas” na internet e chamaram a atenção para a vulnerabilidade do usuário a informações falsas, que distorcem a democracia e o processo eleitoral.

Representante do LabJor da Universidade de Campinas (Unicamp), Rafael Evangelista relatou sua pesquisa em grupos do WhatsApp, iniciada na greve dos caminhoneiros de 2018. Ele observou a alta presença de análises falsas ou distorcidas, que favoreciam atores políticos de extrema direita em mensagens postadas em massa em grupos diferentes; o gradual desvio de finalidade dos grupos para fins eleitorais; e os ataques coordenados a membros discordantes.



Lídice da Mata e Angelo Coronel ouvem especialistas em comunicação

— Os usuários imaginam encontrar nos grupos as relações de confiança que há em seus grupos de família e acabam encaminhando essas mensagens de boa-fé — acrescentou.

Ele criticou a estrutura de dados na telefonia celular como disseminadora da desinformação, pois na maioria dos planos o uso do WhatsApp não é cobrado. Dessa forma, segundo Evangelista, o usuário de baixa renda acaba confinado ao aplicativo de mensagens, usando-o como um “canal de televisão”, sem conseguir verificar por outros meios na internet a veracidade dos dados

que recebe. As plataformas de compartilhamento de dados, em especial o YouTube, também foram acusadas de lucrar com o uso de algoritmos que favorecem a recomendação de conteúdo sensacionalista e extremismo político.

Diretor do Departamento de Comunicação Social da PUC-RJ, Leonel Azevedo definiu as fake news como crimes disseminados pela internet que não podem ser confundidos com o jornalismo informativo e sua contribuição tradicional à democracia. Ele defendeu o “jornalismo de referência”, simbolizado pelos grandes órgãos

de imprensa e seus profissionais, como detentor de uma delegação da sociedade para defender a “verdade contra o mito”. A transformação pela internet do público-alvo em “audiência ativa” não permite comparar a emissão de opiniões soltas à produção de jornalismo verdadeiro, afirmou.

Doutor em direito constitucional, Diogo Moreira definiu fake news como mentira com “estética de verdade” e, diante da forma fragmentada e confusa com que se apresenta, é necessária da sociedade uma abordagem multifacetada de prevenção, educação e repressão. Para ele, o uso de informações falsas equivale a cerceamento da liberdade, pois leva a decisões erradas.

Relatora da CPI, a deputada Lídice da Mata (PSB-BA) sugeriu medidas para regular o interesse econômico das plataformas. A audiência foi a última de 2018. O senador Angelo Coronel (PSD-BA), presidente da comissão, anunciou que o colegiado retomará os trabalhos em 4 de fevereiro.

## Texto sobre uso de infraestrutura de telecomunicações avança

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem projeto que obriga empresas de energia elétrica, de telecomunicações e de radiodifusão a compartilhar a capacidade excedente com órgãos de segurança pública. O PL 2.905/2019 segue para a Comissão de Infraestrutura (CI).

O autor, senador Álvaro Dias (Podemos-PR), observa que, num cenário de restrição fiscal, muitas vezes a falta de recursos inviabiliza a realização de investimentos que poderiam tornar os serviços de segurança pública mais eficazes e eficientes: “As empresas de transmissão e distribuição de energia elétrica e de tele-

comunicações, que recebem outorgas da União, possuem infraestruturas que poderiam ser disponibilizadas gratuitamente aos órgãos da administração pública direta ou indireta federal, estadual e municipal. Possuem, inclusive, torres de comunicação que poderiam ser compartilhadas com esses órgãos a fim de que instalem seus equipamentos de comunicação. Todavia, atualmente, não há qualquer garantia que esse compartilhamento ocorra de forma não onerosa”.

Para o relator, Confúcio Moura (MDB-RO), o custo para as empresas será pequeno, visto que o compartilhamento será limitado à capacidade existente da infraestrutura instalada.

## Debatedores pedem atualização do Padis e isonomia tributária

Promover a isonomia tributária e a atualização dos anexos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (Padis) foi a principal sugestão dos especialistas que participaram da audiência pública ontem na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC). O debate foi sugerido pelo presidente do colegiado, senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), com o objetivo de identificar os entraves para que as empresas nacionais, mesmo com o deferimento para o Padis, não consigam, na prática, se beneficiar dos incentivos fiscais federais concedidos para a produção de módulos/painéis solares.

Criado em 2014, o Padis reduz a zero as alíquotas de PIS, Cofins, IPI e Imposto de Importação (II) incidentes na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e insumos empregados na produção dos módulos fotovoltaicos.

Entretanto, muitos fabricantes nacionais reclamam de não estarem sendo beneficiados já que, atualmente, os módulos importados têm isenção de IPI e ICMS, além de PIS/Cofins, enquanto as empresas nacionais são tributadas ao adquirir matérias-primas, pagando II, IPI, PIS/Cofins e ICMS, o que vem prejudicando, na avaliação dos debatedores, a competitividade nacional.

## Moradia acessível para jovens em risco social passa em comissão

Jovens desligados de instituições de acolhimento e em situação de risco pessoal e social poderão ser encaminhados a moradias acessíveis a serem criadas pelo poder público. Essa medida de apoio está prevista no PLS 507/2018, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto segue para votação na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O projeto é um

dos 33 resultantes da CPI dos Maus-Tratos, que encerrou seus trabalhos em 2018. O relatório da senadora licenciada Rose de Freitas (Podemos-ES), favorável ao texto, foi lido pelo senador Styvenson Valentim (Podemos-RN). Segundo ele, a preocupação específica é a transição dos jovens desligados das instituições de acolhimento, como os abrigos, para uma vida de normalidade.

## Projeto isenta de IPI produtos de saúde para entidade beneficente

Entidades públicas ou beneficentes da área de saúde poderão contar com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de artigos e equipamentos médicos, odontológicos, hospitalares e de laboratório. A mudança está prevista no PL 1.420/2019, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE). Da senadora licenciada Rose de Freitas (Podemos-ES), a proposta foi relatada por Weverton (PDT-MA) e lida por Paulo Paim (PT-RS). De acordo com o relator, a isenção de IPI pode ajudar a reduzir os custos do Sistema Único de Saúde (SUS) para os entes tipicamente prestadores de serviços de saúde: os municípios. Além disso, garante a competitividade das empresas.

## Para Ciro Nogueira, criminalizar incentivo à automutilação é urgente

Ciro Nogueira (PP-PI) pediu que o texto que criminaliza as pessoas que incentivam a automutilação (substitutivo ao PL 6.389/2019) seja analisado pelo Plenário em regime de urgência. O projeto é de autoria do senador.

— A nossa iniciativa era a de criminalizar quem incentivar a automutilação de crianças. O projeto foi votado por unanimidade nesta Casa e foi à Câmara, onde sofreu modificação que amplia isso para todos os cidadãos, mesmo que adultos. Acho que qualquer tipo de incentivo para que a pessoa se automutila deve ser condenado exemplarmente.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Girão critica posição de membros do governo a favor de jogos de azar

Eduardo Girão (Podemos-CE) criticou ontem o governo federal, por declarações do secretário de Integração Interinstitucional do Ministério do Turismo, Bob Santos, e do presidente da Embratur, Gilson Machado, que se posicionaram a favor dos jogos de azar, e pediu a exoneração deles.

O senador disse achar estranho um governo que teria um posicionamento contra “a jogatina” agora se declarar a favor. Ele disse que a “sanha arrecadatória” do governo não pode ser justificativa para que, sem uma ampla discussão com a sociedade, os jogos de azar sejam legalizados no país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Kátia Abreu elogia TCU por orientações ao setor ferroviário

Kátia Abreu (PDT-TO) cumprimentou o Tribunal de Contas da União (TCU) por ter aprovado uma série de orientações à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) que constituem uma regulamentação do sistema ferroviário. De acordo com a senadora, o TCU atendeu às reivindicações de todos os setores para que a ANTT, que tem sido omissa nesse sentido, seja obrigada a regular o setor.

— É gritante a omissão da ANTT ao longo dos anos, ao deixar 20 mil quilômetros de ferrovias abandonadas, sem investimento e sem uso, e apenas 10 mil funcionando.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# CCJ confirma aprovação de proposta sobre 2ª instância

Projeto poderá seguir para análise dos deputados se não houver recurso para ir a Plenário. O presidente Davi Alcolumbre defende cumprimento de acordo para votação de PEC da Câmara sobre o mesmo tema

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) confirmou ontem a aprovação do projeto que permite a prisão de condenados após decisão em segunda instância. O PLS 166/2018, do senador Lasier Martins (Podemos-RS), já havia obtido uma primeira aprovação na terça-feira e

precisava passar por turno suplementar de votação na CCJ. — A decisão será comunicada ao presidente [do Senado] Davi Alcolumbre — afirmou a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS).

O texto tem caráter terminativo, o que significa que poderá seguir diretamente

para a Câmara, desde que não seja apresentado recurso para votação em Plenário. Mas diante da complexidade do tema, alguns parlamentares avaliam que o projeto deverá passar pela análise de todo o conjunto de senadores, em Plenário.

## Recurso

O prazo para interposição de recurso é de cinco dias úteis, contados a partir da data de votação do parecer na comissão. O recurso precisa ser assinado por pelo menos nove senadores.

Davi afirmou que o projeto só deverá ir a Plenário no próximo ano. De acordo com ele, o Senado aguardará decisão da Câmara dos Deputados sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 199/2019, que trata do mesmo assunto.

# Plenário aprova apreensão de veículos usados pelo tráfico

Veículos usados em crimes relacionados ao tráfico de drogas, mesmo que legalmente adquiridos, poderão ser apreendidos. É o que determina projeto de lei aprovado ontem em Plenário. O PL 2.114/2019 retorna à Câmara. Mais cedo o texto passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde recebeu emenda substitutiva do senador Major Olimpio (PSL-SP).

O projeto facilita o confisco pelo Estado de veículo comprado de forma lícita por

caminhoneiro ou qualquer pessoa que o utilize para o tráfico de entorpecentes (como “mula”). Fica ressalvado o interesse de terceiros de boa-fé, como locadoras ou donos de carro roubado usado pelo traficante.

Apresentado pelo deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), que acompanhou a votação do projeto na CCJ, o projeto altera a Lei Antidrogas para ampliar o poder do juiz na determinação de medidas cautelares e abranger bens e valores utilizados no tráfico.

# Uso de videoconferência pelos juizados especiais é aprovado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem o PL 1.679/2019, que possibilita a conciliação a distância no âmbito dos juizados especiais cíveis com a utilização de meios tecnológicos, como a videoconferência. A proposta segue para votação no Plenário.

Do deputado Luiz Flávio Gomes (PSB-SP), o projeto permite a conciliação não presencial nos juizados, com utilização de meios tecnológicos de transmissão de vídeo e som em tempo real.

O autor sustenta que os avanços tecnológicos e os modernos meios de comunicação podem ser amplamente utilizados para tornar mais rápida e eficiente a prestação jurisdicional, sobretudo no âmbito dos juizados especiais cíveis, cujo procedimento é orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, celeridade e economia processuais.

O projeto foi relatado por Alessandro Vieira (Cidadania-SE), com voto favorável.

# Avança redução de prazo de execução de dívida trabalhista

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem a redução do prazo de execução de dívidas trabalhistas de 45 para 15 dias. A mudança está prevista no PL 2.830/2019, que segue para a análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto, do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), altera a CLT para equiparar o prazo de execução dos créditos trabalhistas reconhecidos de

forma definitiva pela Justiça ao prazo de cumprimento de sentença regulada pelo Código de Processo Civil (Lei 13.105, de 2015). A não execução dessas decisões finais da Justiça nos respectivos prazos abre a possibilidade de protesto do débito, com consequências negativas para o devedor.

O relatório, da senadora Juíza Selma (Podemos-MT), foi lido pelo senador Paulo Paim (PT-RS).



Simone Tebet (D) preside reunião em que foi confirmada aprovação do PLS

# Cassação de mandato de senadora repercute

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cassar o mandato da senadora Juíza Selma (Podemos-MT) repercutiu entre os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Os senadores defenderam a colega, acusada de uso de caixa dois e de abuso poder econômico. Juíza Selma teve o mandato cassado por 6 votos a 1 no Plenário do TSE na terça-feira.

Major Olimpio (PSL-SP) disse que a senadora “transborda credibilidade” e está sendo vítima de uma “sórdida conspiração” por sua atuação firme contra corruptos poderosos de Mato Grosso enquanto era magistrada.

Para Alvaro Dias (Podemos-PR), Juíza Selma é

uma “fortaleza de decência, dignidade e coragem”.

Para Lasier Martins (Podemos-RS), a questão não está totalmente resolvida, diante da possibilidade de recurso ao Supremo. Ele também disse estar impressionado com a rapidez do

processo de julgamento e condenação.

Também receberam a punição o primeiro e a segunda suplentes da chapa, Gilberto Possamai e Clerie Mendes. Ficou decidida ainda a realização de nova eleição para senador em Mato Grosso.

## Nota à imprensa divulgada pela senadora

A senadora Juíza Selma recebeu a notícia sobre sua cassação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com equilíbrio, respeito e serenidade, mas com a convicção de que, mesmo diante de tudo, ela e todos que defendem o combate à corrupção saíram vitoriosos.

Apesar de as vontades políticas terem prevalecido no seu julgamento, a parlamentar acredita que o resultado traz uma lição muito importante sobre a necessidade da luta diária para livrar o país de corruptos.

A senadora agradece a todos os parlamentares e seguidores das suas redes que prestaram apoio e solidariedade neste momento, principalmente àqueles que compreendem que no processo ela foi alvo de perseguições políticas, e, por ter sido eleita, sofreu as consequências pelas ações desempenhadas durante sua atuação na magistratura de Mato Grosso.

# Plínio lamenta decisão do TSE sobre senadora

Plínio Valério (PSDB-AM) lamentou em Plenário a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cassar o mandato da senadora Selma Arruda (Podemos-MT).

O senador observou a celeridade do processo, diferentemente de decisões recentes que envolveram outros parlamentares.

— Ela continua, para todos nós, honrada e digna do nosso apreço. Com a cassação da senadora Selma Arruda, perde Mato Grosso, perde o Senado, perde o Brasil e perdemos todos nós.

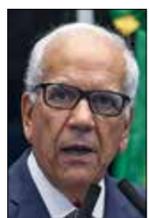


Jefferson Rudy/Agência Senado

# Oriovisto Guimarães critica Fundo Eleitoral

Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) criticou em Plenário o aumento de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 3,8 bilhões da dotação do Fundo Eleitoral, previsto no parecer preliminar da proposta orçamentária para 2020 (PLN 22/2019), aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O senador afirmou que, se somado ao que já está destinado ao Fundo Partidário, os gastos com as eleições municipais de 2020 podem chegar a R\$ 4,8 bilhões.

— Esse aumento do Fundo Eleitoral é uma vergonha.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Falta ação do Executivo contra crise, diz Zenaide

Zenaide Maia (Pro-RN) lamentou que o final do ano se aproxime “sem que o governo federal tenha apresentado qualquer plano para alavancar a economia”.

Para a senadora, o Congresso se portou com indiferença diante desse cenário, atuando com urgência apenas na votação de projetos de retirada de direitos da população. Zenaide afirmou que 30 milhões de brasileiros estão desempregados ou subempregados e, desse total, 13,5 milhões vivem na extrema pobreza, segundo o IBGE.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Paulo Rocha condena primeiro ano do governo

Paulo Rocha (PT-PA) afirmou que o primeiro ano de governo Bolsonaro mais parece com um “roteiro de filme de terror”, tamanho o caos em que se encontra o país. O senador criticou a política econômica e a aprovação da reforma da Previdência, bem como o aumento dos preços de produtos essenciais na cesta básica, como a carne e o feijão.

— Aumenta a população dos famintos, dos moradores de rua, porque quebraram o processo de inclusão social que estávamos construindo.



Jefferson Rudy/Agência Senado